LIDO HOJE
13 NOV 2008
PRESIDENTE

Câmara Municipal de São Paulo

Vereador Adilson Amadeu – 46ºGV

MOÇÃO DE APOIO 05 - MOC
05- 0018/2008

CONSIDERANDO que a UNASLAF (Associação Nacional dos Servidores da Secretaria da Receita Previdenciária) apresentou a emenda nº 176 ao Projeto de Lei de Conversão nº 27 (PLV 27), e as emendas nºs. 221 e 499 ao Projeto de Lei de Conversão nº 28 (PLV 28), que buscam a justiça com os servidores que asseguraram no artigo 12 da Lei 11.457/07 o direito de serem redistribuídos da Secretaria da Receita Previdenciária para a Secretaria da Receita Federal do Brasil em decorrência da criação desse novo órgão, também conhecido como Super-Receita;

CONSIDERANDO que a referida Associação sempre buscou a valorização e o reconhecimento dos seus representados, valorosos servidores que sempre contribuíram de forma efetiva e determinante para o fortalecimento da arrecadação previdenciária em nosso país, e que desde o dia 2 de maio de 2007 encontram-se lotados e em exercício na Secretaria da Receita Federal do Brasil, ajudando esse novo órgão a superar metas e recordes de arrecadação;

CONSIDERANDO que os representados pela UNASLAF são os únicos servidores redistribuídos para a Super-Receita que ainda não foram inseridos na Carreira Auditoria da Receita Federal do Brasil, composta pelos Cargos de Analista Tributário e Auditor da Receita Federal do Brasil;

CONSIDERANDO que as citadas emendas pretendem corrigir não só a injustiça que novamente atinge os servidores redistribuídos, com a equivocada inclusão destes no "PECFAZ" (Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda), como também os vícios de inconstitucionalidade presentes na PLV 28 que, contrariando a Carta Constitucional, retroagiu em prejuízo e reduziu vencimentos,

PROPOMOS ao Egrégio Plenário, com fundamento e na forma regimental (Resolução nº 02/91), Moção de Apoio aos **SERVIDORES DA SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA**, representados pela **UNASLAF**, que vêm lutando pela aprovação das emendas supracitadas, na certeza de que esta luta beneficiará, sobretudo, o contribuinte e toda a sociedade. Solicitamos que cópias da presente Moção sejam enviadas na pessoa do Presidente DO Senado Federal, Senador **GARIBALDI ALVES FILHO.**

13:44 13/11/2008 0003223 - Protocolo Legislativo - SGP.22

EQUIPE DE PUBLICAÇÃO
13 NOV 2008

Sala das Sessões, 07 de novembro de 2008.

ADILSON AMADEU
VEREADOR

A SGP 33

para arquivamento, nos termos do art. 275 do Regimento Interno, em 13/01/09.

ÂNGELA BORDIN ANDREONI
Secretária de Apoio Legislativo
SGP-2

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

MOÇÃO Nº 05 - MOC
05- 00019/2008

LIDO HOJE
04 DEZ. 2008
PRESIDENTE

Moção de Apoio à regulamentação da Convenção 115 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, em especial o artigo 12, que trata da proteção à saúde dos trabalhadores expostos à radiação e ionização.

CONSIDERANDO a realização de Audiência Pública na Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho, Idoso e Mulher desta Câmara Municipal de São Paulo em 28/04/2008, que teve como pauta a análise dos graves problemas de saúde que afetaram trabalhadores da empresa Nuclemon de São Paulo, em decorrência da exposição a produtos altamente radioativos, entre eles, urânio e tório;

CONSIDERANDO que os referidos trabalhadores apresentam atualmente doenças como câncer e pneumoconiose, entre outras;

CONSIDERANDO que a Convenção 115 da Organização Internacional do Trabalho foi ratificada pelo Brasil em 1968

a Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho, Idoso e Mulher desta Edilidade MANIFESTA total apoio à regulamentação da Convenção 115 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, em especial seu artigo 12, que trata da proteção à saúde dos trabalhadores expostos à radiação e ionização.

SOLICITAMOS, outrossim, ouvido o Egrégio Plenário, que a presente moção seja enviada ao Presidente da República Federativa do Brasil, Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, aos cuidados do Chefe de Gabinete Pessoal da Presidência, Sr. Gilberto Carvalho.

Sala das Sessões, em

Ver. José Ferreira Zelão - Presidente

Ver. Gilberto Natalini

Ver. Atílio Francisco

Ver. Mário Dias

Ver. Carlos Neder

Ver. Cláudio Prado

EQUIPE
04 DEZ 2008

Vereadora Noemi Nonato

(6)

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO, IDOSO E MULHER

PRESIDENTE: JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 28 de abril de 2008

OBSERVAÇÕES:
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Declaro aberta a 3ª audiência pública da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho, Idoso e Mulher, que tem como finalidade homenagear o Dia Mundial de Segurança do Trabalhador. Quero registrar a presença dos Vereadores Mario Dias e Francisco Chagas. Para compor a Mesa, convido os Srs: José Osmaro Poldo, do Sindicato dos Bancários; Osvaldo Bezerra, o Pipoca, do Sindicato dos Químicos e o Sr. Miton Quadalupe Lopes da Associação dos Trabalhadores da Nuclemon. Quero agradecer a presença da Sra. Eliane de Oliveira, representando a Sra. Ruty Miranda Camargo Lafaette do Conselho Regional de Enfermagem.

Tenho algumas mensagens de pessoas que estão comunicando a ausência nesta nossa atividade, agradecendo o convite para participar da audiência pública dos Srs. Jurandir Góia Rocha, Presidente da Fundacentro; Lucila Rodrigues, Superintende Regional do Trabalho e Emprego; o Sindicato dos Vigilantes de São Paulo indica o Sr. Silveira para representá-lo no evento. São essas as mensagens.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Para iniciarmos hoje a nossa audiência relativa aos problemas com os trabalhadores da empresa Nuclemon, passo a palavra para o Pipoca, para o Bezerra. Por favor, pode usar a tribuna.

O SR. BEZERRA – Boa tarde a todos. Cumprimento o Vereador Francisco Chagas na pessoa de quem cumprimento os demais componentes da Mesa. Ressalto, neste momento, a iniciativa de promover esta audiência pública, particularmente com os ex-trabalhadores da ex-Nuclemon, que há duas décadas lutam para terem seus direitos garantidos, quero dizer nesta Casa que esses trabalhadores penalizados pela exposição que tiveram durante anos em fábrica na região de Interlagos, hoje fechada. É um estatal, portanto, pertencente ao Governo Federal. A situação desses trabalhadores não está resolvida. Ao longo dos últimos 15 anos, têm sofrido um certo desprezo por parte das autoridades pública que se recusam em reconhecer seus direitos e dar a esses trabalhadores o atendimento digno, merecido e estabelecido por lei.

Esses trabalhadores, nobre Vereador, reúnem por vários anos na sub-sede do Sindicato, em Santo Amaro, com o objetivo de organizar a bus pela conquista dos seus direitos e enfrentam enormes dificuldades. Primeiro é que vários dos companheiros testemunharam o falecimento de colegas de trabalho ao longo desses anos. O que os trabalhadores esperam é que seus direitos sejam garantidos em tempo, antes que a morte venha a ceifá-los.

O Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo vem estabelecendo uma luta sem trégua, articulando com vários atores sociais, e essa iniciativa desta audiência pública busca articular novos atores sociais que possam nos ajudar com o enfrentamento dessa questão que tem emblematicamente situações que têm de ser tratadas na terceira esfera do Estado, junto ao Governo Federal.

Nossas forças estão esgotando. Olhando nos rostos de cada um dos companheiros aqui, hoje, é fácil perceber o cansaço, o sofrimento, a decepção com a espera. Entendam como esses trabalhadores estão, ao longo desses anos, enxergando não só a sua questão

particular, mas hoje empunham a bandeira pela regulamentação do art. 12 da Convenção 115 da OIT que claramente defende o interesse de outros trabalhadores expostos às mesmas condições. Não existe um parâmetro legal internacional reconhecido pelo Governo Federal que dê amparo aos trabalhadores nessas condições.

Essa é uma situação por demais delicada. Repito, o que os trabalhadores esperam é que os seus direitos, que o Estado atenda aos seus interesses ainda em vida. Aqui já temos representantes, por exemplo, de trabalhadores que já faleceram. Há um parente ou outro acompanhando na esperança que um dia essa situação seja atendida.

Esperamos engrossar a nossa voz a partir desta iniciativa para fazer chegar onde é necessário, em Brasília, na Presidência da República, Ministério do Trabalho e da Previdência, para que consigamos sensibilizar as autoridades públicas e alcancemos de uma vez por todas, e o quanto antes, essa reparação do Estado porque foi o Estado que impôs essa seqüela ao conjunto dos trabalhadores. Muitos não puderam estar presentes aqui, hoje, em função das condições físicas em que se encontram.

Faço apelo a esta Casa, particularmente ao mandato do Vereador Francisco Chagas, para que possamos daqui contagiar e articular outros poderes da esfera pública logicamente com o objetivo de ver realizado o cumprimento da responsabilidade do Estado quanto ao atendimento a esse conjunto de trabalhadores.

Agradeço a oportunidade, em nome do Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo. Neste plenário, encontramos vários diretores que compõem essa diretoria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Eu que agradeço.

Tem a palavra o Sr. José Osmar Boldo, do Sindicato dos Bancários.

O SR. JOSÉ OSMAR BOLDO – Boa tarde a todos.

Agradeço o convite do nobre Vereador Francisco Chagas, em nome do Chiquinho, meu amigo há muitos anos, desde a fundação do PT na região de Pirituba.

Dou um grande abraço aos companheiros vitimados da Nuclemon. Há alguns anos, estivemos juntos, na sede dos Químicos da zona sul. Apesar de sermos bancários, tínhamos também lá uma regional de bancários.

Estamos fazendo aqui um ato solene aos vitimados da Nuclemon. Hoje é o Dia Internacional das Vítimas causadas por acidentes de trabalho. Sou diretor do Sindicato dos Bancários. Pertencemos a uma categoria que, há alguns anos, sofria acidentes, em nível baixo. Hoje a nossa categoria é a que tem mais acidentados, trabalhando de gravatá e paletó. Somos vítimas de doenças psicológicas, psicossomáticas e *stress*. A maior causa de afastamento, em nossa categoria, é o *stress*, devido à sobrecarga de trabalho e cumprimento de metas absurdas, sem possibilidade de serem cumpridas. Dentro do banco, temos de vender seguros. Temos de vender cartão de crédito no dia de aniversário da sogra. Se formos a uma festa, temos de vender produtos do banco.

Em nossa categoria, há muitas pessoas adoecidas.

Deixo aqui um grande abraço para o Osvaldinho.

Entrei num vespeiro. Há um determinado tempo, o banco estava mudando uma de suas sedes para Interlagos, num terreno que pertencia a Xerox. Ao lado, havia sido desativada, se não me falha a memória, uma fábrica da Brahma. Descobrimos que, ao lado, havia um depósito de material radioativo. Não acreditei que, em São Paulo, havia isso.

A partir daí, começamos a fazer gestões. Descobrimos um grupo de pessoas acidentadas. Grande maioria delas está aqui. Alguns não estão mais aqui porque já se foram. Descobrimos essas pessoas. O pessoal de Santo Amaro não sabia que aquilo existia.

Onde havia uma fábrica, construíram um prédio de alto luxo. Denunciamos isso. Tal fato já havia sido denunciado pela auditora de trabalho, a Sra. Fernanda Giannazi. Vimos, pelos jornais, que essa situação vinha se arrastando há muito tempo. Antes de construírem esse prédio, rasparam um metro, um metro e meio de terra contaminada. Colocaram tudo isso dentro de *containeres*, e levaram para Santo Amaro.

Temos de fazer essa denúncia publicamente aqui. Tive felicidade ou infelicidade de entrar dentro daqueles galpões. Fiquei surpreso com a situação. Tive autorização para entrar no local, e constatei que aqueles *containeres*, que vemos, em portos, eram tão pesados que o piso estava afundado em 20 centímetros, com chorume. Filmamos e fotografamos o local. Chorume caía de latões, reservatórios, e corria. Vi que aquele chorume estava entrando no solo freático. Em vista dessa situação, denunciamos.

Entramos, no local, uma segunda vez. Fizemos uma grande reunião na região de Santo Amaro, com Consegs da região e presença de subprefeitos. Estava presente, no local, o Sr. Barros Munhoz, ex-Prefeito de Itapira. O pessoal da região não sabia o que havia no local. Ao saberem do ocorrido, tiveram medo e não andaram mais lá.

Vejam qual é a política de tratamento com a questão radioativa no nosso país!

Colegas, não fico surpreso com o tratamento que é dado a vocês. Esse é o tratamento dado à política nuclear brasileira. Cria-se a indústria, que trata da questão nuclear, e depois não há lugar para colocarem lixo. Jogam lixo e trabalhadores em qualquer lugar.

Esse é um problema em cadeia. A população sofre com o lixo radioativo. O exterior queria comprar espaços, em países do terceiro mundo, para levar lixo do Japão, dos Estados Unidos e da Alemanha. Vejam como tratam o Brasil!

Tem uma liminar em Poços de Caldas, na época do Itamar, em que não se pode mandar lixo radiativo para lá; aqui em São Roque, o Prefeito é do Partido Verde, e também proibiu, e aí fica aquele entulho radioativo, e que acredito que esses companheiros aí sentem muito, quando passam na frente daquele galpão, porque eles são as vítimas daquele entulho radioativo que está lá.

Então, companheiros, queria lhes deixar um grande abraço. Deram-me até uma fita preta, agora há pouco, em frente ao Teatro Municipal. Vocês estão com a camisa correta - eu estou com a camisa vermelha da CUT, de raiva: realmente é um dia de lembrar os vitimados e fazer um protesto.

Estou vendo agora, abrindo um parêntesis, que o governo pretende reativar mais ainda os programas nucleares, por causa da energia, mas ter uma política mais completa. Não dá para só saber que se vai criar um reator que vai gerar energia e, depois, jogar essa bomba para cima da sociedade, principalmente para cima dos trabalhadores.

Um grande abraço a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos - Zelão) - Obrigado, José Osmar.

Agora, vou passar a palavra para o Sr. Milton Guadalupe Lopes, que é da Associação dos Trabalhadores da Nuclemon.

O SR. MILTON GUADALUPE LOPES - Senhoras e senhores, boa tarde; boa-tarde, Sr. Presidente e Srs. Vereadores.

Quero agradecer ao companheiro Poldo por haver lembrado isso, esse grande depósito de lixo que temos hoje - reservado para quem eu não sei; essa é uma pergunta que ninguém pode responder -, e que está armazenado na Avenida Interlagos.

Isso, para nós, hoje, é um problema muito sério: termos de conviver com aquele produto, e havendo os companheiros doentes. Procuramos levar isso da melhor forma. Ocorre o abandono das empresas, como disse o companheiro. O que a empresa faz hoje muito é fabricar vítima de acidente de trabalho.

Estamos convivendo com esse problema, numa luta de mais de oito anos, brigando com essa empresa e com esse lixo também. É uma luta de longo tempo. Temos tentado, junto com aos órgãos competentes, achar solução para esse para esse problema, mas, infelizmente, até hoje, ninguém sabe o porquê, não conseguimos ainda esse objetivo.

A Associação foi criada há dois anos, com o objetivo de tentar resgatar um pouco da dignidade desse pessoal, que foi jogada para o lixo, na época da empresa. O pessoal todo presente foi banido da sociedade como do mercado de trabalho, essa que é verdade. São todos vítimas da impunidade dessa empresa, sendo que muitos saíram, na época, sem aposentadoria, doentes, sem poderem voltar ao mercado de trabalho, uma coisa muito séria,

que está sendo discutida e, por esse motivo, foi criada essa associação, com esse objetivo de tentar resgatar um pouco da dignidade desse pessoal.

É evidente que hoje estamos ainda com bastante dificuldade para tocar essa associação. Estamos contando com o apoio de várias entidades e, assim, estamos caminhando, passo a passo. Já conseguimos, por meio de liminar, um plano médico para que esses companheiros tenham um pouco de direito de sobrevivência, e estão sendo tratados de uma forma mais adequada.

Essa é nossa luta: essas duas bandeiras que temos de carregar, esse problema sério do pessoal da Nuclemon; e a outra questão, do lixo, que, além de termos de conviver com esse problema, com esse rastro que a empresa deixou, temos de conviver com esse lixo no lado de nossa casa.

Isso é um problema muito sério, que é do conhecimento de várias autoridades, mas a questão é que, muitas vezes, isso chega e esbarra naquele ponto que não tem saída.

Assim, pedimos todo dia que as autoridades vejam mais o lado humano dessa que lixo atômico.

Estamos dispostos a colaborar com todos aqueles que estiverem empenhados na retirada desse lixo.

E lutar também numa outra questão séria, a regulamentação da Convenção 115, porque, por meio dela, acredito, quando regulamentada, o trabalhador não vai precisar ir à Justiça, onde estamos até hoje, para reivindicar seu direito de vida - essa que é a questão. É duro termos de ir para a rua, levantar sua bandeira nas ruas pedindo às autoridades que derruba seu direito. O direito a vida. E isso que argumenta até hoje, as autoridades ainda não quis reconhecer, mas vamos tocando o barco até quando Deus assim permitir. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Com a palavra o nobre Vereador Francisco Chagas.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Nobre Vereador Presidente desta audiência pública

e presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho, Idoso e Mulher, da Câmara Municipal de São Paulo, Vereador Zelão, em primeiro lugar, quero em nome dos trabalhadores acidentados e do sindicato dos químicos de São Paulo, agradecer imensamente sua atenção, como Presidente, em ter convocado essa audiência pública hoje, 28 de abril, dia em que se resgata a triste lembrança das vítimas de acidente de trabalho no mundo todo. Quero cumprimentar o Poldo, do sindicato dos bancários, pela presença e pela luta em defesa da dignidade, não só dos trabalhadores, mas da cidadania para que se assegurem condições de trabalho e de vida dignas. Quero agradecer ao companheiro Osvaldo Bezerra, o Pipoca, primeiro pela idéia de nessa oportunidade realizarmos essa audiência pública que tem uma simbologia muito forte nos desafios que temos de fazer em relação a saúde e a questão do acidente de trabalho. Companheiro Milton Guadalupe, dando a demonstração de dignidade. De força, de determinação, de perseverança desses trabalhadores vir aqui relatar o episódio e as conseqüências e a situação dos trabalhadores da Nuclemon.

Dito isso quero, em primeiro lugar dizer, que esse assunto talvez muitos acham que ele não tem pertinência, porque se achasse que esse assunto tivesse pertinência, já estaria, pelo menos do ponto de vista do reconhecimento das vitimas do acidente, já estaria superado. E o que temos hoje, é uma conquista que o próprio companheiro Milton relatou que é a conquista na justiça pelo direito a um convênio médico. Considero extremamente pouco significativo, perto do problema que enfrentamos. O Brasil hoje se coloca como uma referência internacional na produção de energia alternativa. E, aliás, enfrenta, por essa condição que o designa como um pioneiro, e talvez um protagonista no caminho de produção de energia alternativa e reciclável, coloca o Brasil como protagonista na esperança da humanidade para que toda a energia possa ser renovável como medida mais efetiva para segurança e a saúde das nações, dos povos e principalmente dos trabalhadores. Eu tive a oportunidade, não grata, de participar da conferência Chernobyl na União Soviética e que teve uma repercussão mundial extraordinária, produzindo inclusive uma conferência internacional em Moscou com a

participação dos trabalhadores de todo o mundo, do trabalho organizado em todo o leste europeu, e que fomos para lá na condição inclusive de vanguarda das reservas do bem, da organização do trabalho. Sabemos, em que pese o acidente Chernobyl foi o maior acidente conhecido dentro de uma usina, de energia nuclear, o Brasil, queiramos ou não, é o protagonista do maior acidente fora da usina. São os trabalhadores do povo, a população que manipulou césio 137 e que inclusive hoje trás a noticia, de que foram parte deles, aqueles que tiveram o contato direto com as pessoas contaminadas tiveram uma reparação. Reparação, acho eu que em ternos financeiros é pouco significativo. Mas em termos simbólico é muito importante. Para que todos nós saibamos que ali houve um acidente com energia, com radiação, e que aquela população por ausência de orientação, ora, até as pessoas que fizeram socorro, foram contaminadas. A equipe médica, os enfermeiros, os policiais, os bombeiros ficaram contaminados. Muitos já morreram, inclusive. Tal é o desconhecimento, tal é a falta de ordenamento de regulação no tratamento com a energia, tão importante para um lado, do ponto de vista da necessidade de produção energética mais tão delicada e complexa do ponto de vista da manipulação, que exige autoridade pública do Estado, das organizações da sociedade civil um tratamento efetivo, permanente, atento para que exemplos como esse não tenhamos mais na história do nosso País.

Segundo lugar, nesta audiência pública que foi convocada sob a liderança do nobre Zelão, quero dizer que a luta dos trabalhadores da Nuclemon não pode ser restrita aos companheiros dessa empresa, não pode ser restrita ao Sindicato dos Químicos de São Paulo e não está. Tanto é que o exemplo aqui do Boldo, que acompanha a luta há muito tempo, mas mesmo assim precisamos transformá-la em apelo público para que tenhamos o reconhecimento para aqueles que sofreram e que estão sofrendo as conseqüências dessa contaminação que óbvio ocorreu por falta de orientação clara quando da manipulação dos resíduos, o que provocou a contaminação desses trabalhadores que obtiveram, na minha opinião, um pequeno reconhecimento.

O dia de hoje é significativo para que coloquemos na pauta, principalmente agora quando se discute, inclusive, a produção de uma nova termoelétrica. Discute-se a necessidade de ampliação da produção energética através da energia nuclear. Quando o mundo inteiro discute o problema de energia, precisamos não nos descuidar do ponto de vista da compreensão dos mecanismos de proteção, de manipulação e das garantias públicas tanto com os que manipulam, que estão próximos do processo produtivo, quanto da sociedade civil que de uma maneira ou de outra, caso ocorra acidente dessa natureza não estarão livres. Isso a sociedade brasileira precisa compreender porque não estará livre.

Fritjof Kafra em um tratado recente sobre energia nuclear e física atômica dizia que a partir da fusão de um único átomo, a radiação de propaga pelo Universo infinitamente e não há como conter essa fissão, não há como conter a fissão nuclear. Claro, ela perde a sua capacidade e extensão com o tempo e a dimensão, mas não pode ser contida.

Vejam, meus companheiros, companheiras, autoridades presentes, a reparação tem de ser financeira, tem de ser natureza econômica, mas também de natureza moral. Sabem por quê? É impressionante. Estávamos – eu e o Vereador Zelão – conversando sobre o episódio e quero parabenizá-los pela coragem. E conversando com algumas pessoas, elas falaram: mas essas pessoas foram contaminadas de alguma maneira? Claro, respondemos, sofreram a contaminação. Mas não tem problema, nós estamos aqui... ficar próximo delas... Não, não tem problema, o nível de contaminação felizmente não alcançou o nível do césio-137. Não há risco, as pessoas podem apertar as mãos, conversar, abraçar. Não há problema. Mas vejam, existe uma percepção pelas pessoas – e não é maldade – de que quem sofreu contaminação poderia de uma maneira ou de outra contaminar. Mas dependendo do nível de radiação, sim, mas não é o caso. Essas pessoas então precisam de reparação moral para poderem levantar a auto-estima, para se sentirem dignas. E são dignas porque contribuíram efetivamente com a produção, com o projeto de energia e este Brasil se torna, hoje, pioneiro por outros meios, mas aqui tiveram a contribuição efetiva destes trabalhadores.

Por último, Presidente e demais presentes, afirmo que sabemos que é necessário sair daqui uma decisão para que seja encaminhada aos órgãos municipais e federais no sentido de que não permitamos que essa luta fique restrita ao plenário da Câmara Municipal de São Paulo ou à sede do Sindicato. Mas que ganhe as ruas, que ganhe a sensibilidade pública e possamos dialogar com as autoridades que têm a responsabilidade de tratar o assunto com a devida magnitude. Quero que daqui saia uma moção de apoio para a regulamentação da Convenção 115, em especial o art. 12 porque diz respeito ao procedimento e reconhecimento das pessoas que trabalham, que manipulam energia nuclear e estejam sujeitas à radiação e à ionização. O art. 12 da Convenção 115 é um degrau mais para o reconhecimento dessas pessoas, principalmente desses trabalhadores que manipulam esse tipo de material radioativo. Precisamos encaminhar, nobre Vereador Zelão, moção nesse sentido para o Ministério de Minas e Energia, para o Congresso Nacional, para o Senado da República, à Câmara dos Deputados, à Presidência da República para que possamos efetivamente dar passos nesse caminho.

Outro aspecto importante é que já pedi, encaminhei via ofício, ao Exmo. Sr. Senador da República Eduardo Matarazzo Suplicy para que oficie a Advocacia Geral da União e nos apresente o relatório final do caso Nuclemon porque nem eu – e suponho nem os trabalhadores – ninguém presente nesta Casa conhece o relatório final do caso Nuclemon. Inclusive, daquele que trata da possível contaminação ou não dos resíduos que estão na Avenida Interlagos, assunto mencionado pelo companheiro Boldo. Nós não sabemos o nível de contaminação, o nível de radiação. Inclusive, o próprio Município de São Paulo, não dispõe de mecanismo adequado para mensurar, para medir o nível de radiação. Precisamos, nobre Vereador Zelão, encaminhar ao INPE, através da Comissão de Saúde da Câmara, pedido de investigação das condições de radiação daquele depósito de energia, daquele depósito de resíduos, aliás, depositado naquela região de São Paulo.

Para que possamos dar segurança às pessoas que ali moram e transitam,

oferecendo condições de seguridade. Nós, Vereadores, temos essa responsabilidade.

Sr. Presidente, solicito que seja encaminhado ofício ao Inpe(?), para que faça investigação.

Por último, se for identificado qualquer irradiação, solicito que encontrem um lugar adequado para sua destinação. Se estamos ampliando inclusive um espaço de produção de energia nuclear, no Brasil, ao mesmo tempo em que criamos alternativas energéticas, ao mesmo tempo em que é anunciado aparecimento, descoberta de pesquisas de petróleo, seja na Bacia Carioca, seja na Bacia de Tupi, o Brasil pode-se colocar como um protagonista, sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico e de riquezas que podem ser produzidas, a partir da ampla produção de matéria-prima energética. Ao mesmo tempo, também temos de ser protagonistas, sob o ponto de vista de sanidade, seguridade, saúde e proteção do meio ambiente, dos trabalhadores e da população.

Mais uma vez, agradeço o nobre Vereador Zelão pela possibilidade de nos ofertar a convocação desta audiência pública.

A todos companheiros da Nuclemon, digo que estamos com vocês. Juntos faremos com que essa causa não seja somente dos trabalhadores da Nuclemon, mas de toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Anuncio a presença da Sra. Jaqueline de Souza da Silva e dos Srs. Ítalo(?) Alves Lins, Leônidas Sampaio Ribeiro, Carlos Eduardo de Brito, Síria Alves dos Passos, Benedito Alves de Souza e José Benedito da Silva, todos da diretoria do sindicato.

O nobre Vereador Francisco Chagas faz parte dessa categoria. Temos uma responsabilidade com esse tema, que hoje discutimos aqui.

Parabenizo todos os senhores, porque essa luta é de Davi contra Golias. Temos de levá-la, em frente. Muitas vezes, o nosso povo, a nossa população, talvez não dê conta do

perigo que esta cidade corre.

Vi o Sr. Boldo dizendo que a chorume corre para dentro de rios da nossa cidade. Não adianta se corre somente em um riozinho que passa perto da região. Ocorre que o chorume vai se espalhar em todo o lençol freático desta cidade.

Às vezes, surpreendemo-nos com algumas notícias veiculadas na imprensa e em jornais, com propagandas eleitoreiras do Governo dizendo que está havendo despoluição e que há um programa que vai despoluir rios, córregos e afluentes da cidade. Nesse sentido, há um trecho do Rio Tietê, partindo da Penha para cá. Ocorre que deixaram, no esquecimento, o restante de moradores da zona leste, da Penha para lá, como se esse povo não existisse.

Esta Comissão de Saúde da Câmara Municipal vai estar junto nesta luta, doa a quem doer. Essa é uma questão perigosa.

Fui nascido e criado na roça. Em grandes fazendas, latifundiários trabalhavam no ramo de café, além de algodão e amendoim, na lavoura branca.

Colocavam venenos em plantações no café, para se combater a ferrugem. Veneno no algodão era para combater lagartas, que trabalham 24 horas por dia.

Quantas pessoas não morreram lá, contaminadas pelo veneno BHC? Há dias, houve uma reportagem em Ferraz de Vasconcelos. Na região, havia um depósito de veneno BHC, contaminando águas da região, como Pesqueiro. Pessoas que entravam em contato com o veneno ficavam intoxicadas. Lá havia apenas uma segurança para o trabalhador.

Fui uma das pessoas que trabalhei com máquina de veneno nas costas. Alguns de vocês deve conhecer aquela máquina de bombear aqui ou senão a máquina já motorizada, já moderna, que o trabalhador, o peão achava que a coisa estava uma beleza, que já havia uma máquina em que não se precisava ficar com a mão, o dia inteiro assim, com o motor zoando e queimando as costas, o dia todo.

Quando as pessoas falam: "Fulano morreu intoxicado", era igual, por exemplo, o infarto do miocárdio, naquela época: as pessoas caíam e morriam. Os caras falavam: "Fulano

morreu de tétano: furou o pé no prego e, aí, morreu". Não era. Era infarto do miocárdio. E falavam: "Fulano morreu intoxicado". Era uma coisa normal, naquela região, 30, 40, 50 anos atrás.

Para vocês verem, hoje, na cidade de São Paulo, estamos no ano de 2008 e esse tipo de coisa acontecendo aqui. Aí, o trabalhador fica contente, quando arruma um emprego e, muitas das vezes, seria até melhor se ele não tivesse conseguido esse emprego.

Bem, fechando, queria dizer, Vereador Chagas, que vamos sentar, a nossa Assessoria, a desta Comissão, juntamente com a sua e a do sindicato, e vamos construir um documento, vamos ver a quem é devido enviarmos esse documento - não só enviar -, ficarmos cobrando, ficarmos em cima, porque acho um absurdo, já estando no ano de 2008, e essas coisas acontecendo em nossa cidade.

Mais uma vez, falo também da nossa solidariedade para com vocês, que são trabalhadores que estão com esse tipo de luta, com esse problema com a empresa Nuclemon.

Vou chamar para fazer uso da palavra, primeiro, o Valdevino dos Santos Rocha.

O SR. VALDEVINO DOS SANTOS ROCHA – Boa tarde a todos. Sou da Associação dos Expostos e Intoxicados por Mercúrio. Agradeço a oportunidade de falar nesta Casa.

Hoje o Dia Internacional das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, e tenho em mãos um número importante que foi fornecido pelo Sindicato da Previdência Social que, com certeza, são dados corretos: em 2006, houve 500 mil acidentes do trabalho registrados; as doenças de trabalho, aquelas que matam silenciosamente, não têm registro. Esses dados se referem a trabalhadores registrados em empresas – casos que não se pode jogar em baixo do tapete. E quanto àqueles que se acidentam e que não são registrados, esses ninguém sabe nem quantos são.

Existe o problema da descaracterização dessas doenças do trabalho, quando chegam na Previdência. Geralmente, o trabalhador consegue abrir uma carta, por meio do

sindicato, e, quando chega à Previdência Social, ela é descaracterizada, e o trabalhador fica afastado como se fosse doença comum; passados dois ou três meses, ele recebe uma alta, volta ao trabalho e, aí, ele é dispensado. Aí, nem emprego, nem saúde nem nada. Então, nossa situação como trabalhadores neste país é crítica.

Falando de nossa área, o mercúrio, não é diferente do caso do pessoal da radiação, não é diferente no caso do pessoal do amianto também. E são vários, vários e vários outros produtos químicos contaminantes aos quais o trabalhador é exposto e, no final das contas, não é tomada nenhuma providência. Há quanto tempo pessoal da Nuclemon estão lutando!

E nós, do mercúrio, começamos essa luta em 1991, quando foram diagnosticados 72 trabalhadores, dentre 600, e aí, começou o emperre, não deu mais para diagnosticar ninguém.

Hoje, a situação é que a maioria desses trabalhadores não tem benefícios, está desempregada, e a empresa desmontou-se daqui, mudou-se para o interior, e está tudo numa na "rua da amargura", sem nada.

Ontem à noite, recebi um telefonema de uma colega que estava sumida e que agora reapareceu, e que está muito mal, e me informou que havia dado a entrada na carteirinha, para que fosse feito seu acompanhamento; aí, lhe foi negado o benefício da carteirinha – que benefício mesmo da Previdência Social ela não tem nada.

Então, vejam que situação: ela me ligou no desespero, querendo suicidar-se. Isso é triste e acontece na nossa área, porque o mercúrio afeta o sistema nervoso central.

No mês passado, houve um caso de uma dessas pessoas que se jogou de cima de uma passarela, lá em Mauá, e morreu. Então, a nossa situação, a situação da intoxicação pelo mercúrio, também é bastante grave.

Nós - no Município, no Estado e no País - não temos - no Ministério da Saúde, no Ministério do Trabalho e no Ministério do Meio Ambiente - um aparelho para fazer a medição desse produto. O monitoramento é feito pela própria empresa: a própria empresa mede, faz o

relatório e no dia em que o fiscal chega, ela apresenta aquele relatório e ele tem de acatar porque não tem outro aparelho para fazer uma contrapartida. O diagnóstico tem uma dificuldade muito grande, porque não tem um parâmetro legal. Os testes comportamentais que davam subsídios para o médico fechar esse diagnostico foi suspenso há dois anos atrás pelo Conselho Federal de Psicologia e não conseguimos fechar o diagnostico e com isso a vida continua com o trabalhador adoecendo e história é que está muito bem, não tem problema algum.

No mês passado acompanhei um fiscal do DRT para medição de uma empresa. Ele foi lá achou que estava com muito problema e pediu que a empresa contratasse uma empresa para fazer a medição. Um dia veio à empresa e eu acompanhei. Foi feita a medição. Eu vi o mercúrio a olho nu, porque o aparelho é para medir o vapor não vemos o vapor. Mas vemos o mercúrio ali, E ai o técnico foi lá medir e a medição deu baixa. Isso quer dizer o seguinte: fizemos um bom trabalho controlamos tudo e o problema do mercúrio não tem porque, lá é uma empresa pequena e na minha também não tem. E vamos continuar trabalhando e tendo a liberdade de adoecer e matar trabalhador.

Essa é a situação do nosso País. Quero pedir, já lutei muito, existe vários protocolos feitos pedindo o protocolo. O que tínhamos foi tirado. Queremos esse protocolo porque não tem um parâmetro. O médico diz uma coisa, outro diz outro, e aí quem ganha é o médico do capital porque o trabalhador não tem dinheiro para pagar e aí quem valer é o do capital e o trabalhador termina sem o diagnostico. E nós precisávamos desse protocolo, que estamos lutando, tentando para ver se conseguimos e aparelho para fazer a medição dos ambientes de trabalho que não custa tão caro, é 70 mil reais, é muito pouco dinheiro para o Ministério que é sustentado por 180 milhões de brasileiros, acho que 70 mil reais não valem nada.

Era o que tinha a dizer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Com a palavra Rítalo

Alves de Lins.

O SR. RITALO ALVES DE LINS - Sou diretor do Sindicato dos Químicos de São Paulo. Inicialmente quero parabenizar a comissão, o nobre Vereador Zelão, Presidente da Comissão, o Vereador Frâncico Chagas, companheiro Poldo, sindicalista atuante, lutador na luta dos bancários em São Paulo, meu companheiro de diretoria Osvaldo Bezerra, que tem uma boa atuação na área de saúde, companheiro Milton Guadalupe, lutador da associação dos companheiros contaminados da Nuclemon.

Pedi para fazer esse depoimento para dizer aos companheiros da Nuclemon, que esse debate sobre os contaminados da Nuclemon, leva um debate na sociedade, por isso que ele tem esse relevo, de qual é o grau de responsabilidade do Governo Federal, Estadual, Municipal em todas as esferas de como se debate a matriz energética. Qual é o preço do avanço tecnológico. E como é que temos o avanço tecnológico e com que custo de vidas, de famílias e o mais grave, essa matriz energética é brasileira, ela ainda está baseada ou que rege ela são as leis ainda do regime militar. Energia nuclear, geração de energia nuclear está na caixa preta ainda. Uma boa parte desses trabalhadores que estão aqui, que saíram do campo, a maioria saiu do Interior de Minas, muitos deles sem saber ler ou escrever. Quando eles tinham dores, doença ou tonturas, o chefe deles, pasmem, pedia para eles levarem para casa um pouco da torta 2, que é o sub produto da extração desse mineral para colocar na cabeceira da cama, como travesseiro. Isso é dramático. O Milton foi um dos que receberam orientação da chefia que ao sentir tontura levasse um pouco, na almofada da torta 2, o subproduto, ou seja aquele lixo que está depositado na Miguel Yunes, em frente a empresa Avon, com a Interlagos, esses companheiros também jogavam, o momento de lazer deles era jogar bola em um campo da Miguel Yunes, que era o resto da areia. A torta 2 era o campo de lazer deles, que hoje está coberto por uma camada de terra, e mais em baixo ainda existe a terra onde eles jogavam bola. Jogavam bola nos restos da areia monazítica.

Era o espaço de lazer, parte desses trabalhadores daqui jogavam futebol nesse espaço que a empresa colocava.

Mas quero fazer esse relato, mas trazer a importância desta audiência porque é necessário a partir deste debate com os companheiros da Nuclemon, com os contaminados, dialogarmos com a sociedade. Porque ao discutir a matriz energética no Brasil vamos pegar o problema de saúde dos companheiros das hidrelétricas ou dos ribeirinhos ou das populações que estão sendo expulsas na construção das hidrelétricas do Brasil, dos chamados movimento de barragens que são milhares, são cidades.

Quer dizer, na questão energética o Governo Federal, o Governo Lula já anunciou a terceira usina nuclear, e serão investidos bilhões, pergunto: qual é o custo e como vão trazer às universidades, ao meio científico, para os sindicatos, para o movimento social esse debate referente à necessidade de uma terceira usina ou não, e quais cuidados vão ter e que investimento é esse. Ela provoca também, além da saúde do trabalhador, ultrapassa limite. Lógico, o nosso papel como dirigente sindical é defender em todas as esferas a saúde e o direito do trabalhador. Mas é provocar nesta audiência o debate.

Então, procuro fazer uma proposta para que os companheiros da comissão fizessem diligência no local, na Miguel Yunes com a Interlagos, para tirar um retrato e levar o debate à sociedade paulistana onde consigamos junto aos sindicatos e associações de lutadores pela vida e pela saúde dos trabalhadores, trazer esse diálogo à sociedade.

Por último, faço uma afirmação. Se a empresa Nuclemon fosse empresa de capital privado nós diríamos em depoimento que a ganância do capital, a vontade da extração do lucro a qualquer custo levou os trabalhadores à contaminação. Só que estamos falando de uma empresa estatal, com configuração jurídica e contrato social dentro do seguinte: 99,9% do capital é estatal e 0,1% é privado, um valor simbólico, e isso para dar a configuração de empresa de capital misto. E quem fiscaliza é o Estado, é a CNEN. Quer dizer, o Estado que fiscaliza o Estado. O Estado é quem determina as regras do jogo. Se fosse capital privado, com

certeza a gente ia dar nome aos bois. Mas a responsabilidade sob o projeto dessa matriz energética brasileira é o Estado brasileiro, ou seja, da sociedade brasileira.

Temos de focar neste momento na dramaticidade em que vivem os nossos companheiros, muitos deles vieram com dificuldade. Mas precisamos trazer o debate à sociedade brasileira. Acho que a Comissão de Saúde, sob a Presidência do companheiro Zelão e pela iniciativa do companheiro Chagas, meu colega de diretoria do Sindicato, cumpre papel importante na atual conjuntura sobre o debate das matrizes energéticas para desenvolvimento do Brasil com energia limpa, segura e em defesa dos trabalhadores brasileiros.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Muito obrigado, Ítalo. Quero dizer que a sua proposta de fazermos uma visita, vamos marcar data e visitar o local. E para produzir documentos terá de ser através não só de ofício, mas com as fotos também. Está acatada a sua proposta.

Não há mais inscritos. Então, passo a palavra novamente ao Vereador Chagas para as suas considerações.

O SR. FRANCISCO CHAGAS – Peço licença, em primeiro lugar, para anunciar a presença do ex-Vereador Laurindo, sempre Líder. Parabenizo também mais uma vez a iniciativa do Sindicato e da Comissão. Cumprimento o companheiro Ítalo que também é batalhador, lutador dessa causa.

Tenho a lhes dizer que eu e o Vereador Zelão estávamos combinando, não só de produzir um relatório da audiência pública, no qual ficarão consignadas as propostas feitas pelos participantes e também combinarmos uma ida, a presença física no local em que hoje estão depositados os resíduos. Desde já tomamos isso como medida que faremos. Faremos apenas o agendamento, combinaremos com as entidades que poderão e deverão participar. E fará parte então a seguinte trajetória: visita, relatório, propostas e depois os encaminhamentos

junto às autoridades públicas, em especial da União porque em última análise a Nuclemon é empresa estatal vinculada à União. Vamos precisar de muito empenho, determinação e contar com a costumeira garra dos companheiros químicos e com a determinação desses companheiros trabalhadores que não desistiram ao longo dos 20 anos de luta para serem reconhecidos. Não é em vão até porque todo esse movimento, essa luta, essa determinação farão parte de uma condução que levará a outras conquistas e o despertar de outras categorias que hoje também sofrem.

Por último, esqueci de mencionar em minha fala inicial que tem de haver razoabilidade, e até racionalidade.

Desde o início do processo de contaminação, quando a Nuclemon abandonou seus trabalhadores, deveriam contribuir, pelo menos, com a ciência, com a relação do homem com essa contaminação, já que não houve objetivo de contribuírem com a humanidade. Pessoas que sofreram com essa contaminação deveriam ser assistidas e acompanhadas, recorrentemente. Elas deveriam servir de base na preparação do trato e do desdobramento da efetiva conseqüência do contato humano com a irradiação. Infelizmente, isso não ocorreu.

Nunca é tarde para lutarmos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por esta oportunidade.

Agradeço, imensamente, a possibilidade de V.Exa. nos ofertar esse espaço, na Comissão de Saúde, para fazermos reflexão e tomarmos uma decisão, prosseguindo esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Eu que agradeço.

O SR. JOSÉ OSMAR BOLDO – Acompanho a luta do nobre Vereador Francisco Chagas e do nobre Vereador Zelão, Presidente.

Há um pedido da Procuradoria Federal, na Paulista. Vamos ver como está a situação.

Coloco-me à disposição, enquanto diretor do Sindicato dos Bancários. É um prazer

retomar essa luta, com todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Faço um comunicado à assessoria. Quando fizermos nossa agenda, vamos convidar a TV Câmara, para estar juntamente conosco, para registrar os nossos trabalhos.

Parabenizo os senhores do sindicato, pela luta e persistência. Meu primeiro emprego, em São Paulo, foi na categoria dos Químicos e Farmacêuticos de São Paulo. Havia um sindicalista que se chamava Valdomiro. Ele ia, todos os dias, na fábrica em que trabalhávamos. Chamávamos o Valdomiro de Pelego, naquela época.

Sou sindicalizado desde garoto, no sindicato dos trabalhadores rurais, na minha cidade.

O nobre Vereador Francisco Chagas fez o requerimento para que houvesse essa reunião aqui. A Comissão de Saúde está junto com os senhores, para o que der e vier.

Vamos chamar, numa outra oportunidade, o Sindicato dos Bancários. Vamos ver qual é a nossa ação a partir de agora.

Agradeço a presença de todos.

Solicito que as cópias das notas taquigráficas geradas, nesta audiência pública, sejam consideradas atas dos trabalhos de hoje.

Em não havendo mais a ser tratado, estão encerrados os nossos trabalhos.

À SGP 33

para arquivamento, nos termos do art. 275 do Regimento Interno, em 13/01/09.

ÂNGELA BORDIN ANDREONI
Secretária de Apoio Legislativo
SGP-2